

INTERSECCIONALIDADE: UMA INTRODUÇÃO A PARTIR DE PATRICIA HILL COLLINS³⁹

Ma. Renata Dias Ribeiro⁴⁰

Resumo: A proposta do presente texto é apresentar, de forma panorâmica, o conceito de interseccionalidade, juntamente com seu percurso histórico, sua relação com o feminismo negro, bem como algumas possibilidades de uso, como por exemplo uma chave de leitura ou ferramenta teórico-metodológica para o feminismo negro. Para tanto iremos nos concentrar, primariamente, nas seguintes obras: *Interseccionalidade* (2021), de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge; *Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica* (2022), também de Hill Collins. Além da obra: *Interseccionalidade* (2019), de Carla Akotirene, da coleção de feminismos plurais. Pretende-se com isso, fazer um percurso teórico sobre a história da intencionalidade, mas sem desvincular o conceito da prática o constitui. Ao longo deste artigo, será possível identificar uma série de conceitos e temáticas com os quais a ferramenta da interseccionalidade se cruza, tais como, inicialmente, lugar de fala, racismo e alteridade. Todos eles, apesar de diferentes na temática, se encontram em uma possibilidade de leitura inclusiva da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica.

Palavras-chave: Feminismo negro, Patricia Hill Collins, interseccionalidade

Abstract: The purpose of this text is to present, in a panoramic way, the concept of intersectionality, along with its historical path, its relationship with black feminism, as well as some possibilities of use, such as a reading key or a theoretical-methodological tool to black feminism. To do so, we will focus primarily on the following works: *Intersectionality* (2021), by Patricia Hill Collins and Sirma Bilge; *Much More Than Ideas: Intersectionality as Critical Social Theory* (2022), also by Hill Collins. In addition to the work: *Intersectionality* (2019), by Carla Akotirene, from the collection of plural feminisms. With this, the intention is to make a theoretical journey on the history of intentionality, but without disconnecting the concept from the practice that constitutes it. Throughout this article, it will be possible to identify a

³⁹ O presente artigo é resultado da apresentação no III Colóquio de mulheres na filosofia, em 2022.

⁴⁰ Doutoranda pelo programa de pós-graduação em filosofia da UFS, atua na área de ética e filosofia política, com ênfase nos autores Gustave Le Bon, Sigmund Freud e Theodor Adorno, no que concerne a psicologia das massas e o fascismo. Contato: renatalhp_@hotmail.com

series of concepts and themes with which the intersectionality tool intersects, such as, initially, place of speech, racism and otherness. All of them, despite being different in terms of theme, are in a possibility of inclusive reading of intersectionality as an analytical tool.

Keywords: Black feminism, Patricia Hill Collins, intersectionality

Introdução

Segundo profecia iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito.

Carla Akotirene, *Interseccionalidade*, p15

Nos últimos anos, observamos, mais fortemente, nos debates sobre gênero, raça e classe o conceito de *interseccionalidade* sendo abordado. Um caso específico é a vertente de feminismo negro ancorar-se no conceito de interseccionalidade a ponto de o termo confundir-se com a própria denominação da vertente, sendo compreendido como feminismo interseccional⁴¹. Daí, se faz necessário colocar duas perguntas iniciais, a saber: O que é interseccionalidade? Qual a sua relação com esses debates, sobretudo dentro do feminismo liderado e formulado por mulheres negras? Nossa resposta encontra-se na, incontornável, obra de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge *Interseccionalidade*, na qual o conceito é apresentado mediante uma compreensão prática, qual seja, interseccionalidade investiga as diversas formas de poder que compõem e sustentam a complexidade do mundo em uma época específica.

Em uma compreensão teórica, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica de categorias intersubjetivas e sociais como raça, gênero, classe, localização geográfica, aspectos capacitistas, ou seja, realidades que indicam a localização e as formas de poder com as quais o

⁴¹ Essa síntese da Prof^a. Dra. Carla Akotirene ilustra bem essa relação entre a interseccionalidade e o feminismo negro, vejamos: “Desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. Conforme dissemos, é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito moderno, discriminadas à dignidade humana e às leis antidiscriminação.”(AKOTIRENE. 2018.p35)

indivíduo se move em sociedade. Collins afirma que ambos aspectos apontam para um fim prático fundamental: a resolução de problemas práticos sociais, tal como a formulação de políticas públicas de equidade nas universidades e outras instituições, pois a importância do termo se apresenta naquilo que ele pode fazer de transformador e não a partir do que ele é somente enquanto conceito. É o caso do feminismo negro, a interseccionalidade torna-se basilar para realizar um diagnóstico do processo de escravidão no Brasil, que fundou e deu condições para a formação da economia do país e, ao mesmo tempo, relegou a mulher negra a base da pirâmide social. Em suma, pretende-se apresentar uma introdução ao conceito de interseccionalidade, seus aspectos gerais, aplicações e sua relação com o feminismo negro.

O que é interseccionalidade?

Segundo Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, desde os primeiros anos do século XX o conceito de interseccionalidade ganhou espaço nas universidades, em ambientes empresariais, em discussões de ativismos que se dispuseram a pensar políticas públicas, enfim, diversos setores da sociedade encontraram neste dispositivo conceitual uma possibilidade de pensar a complexidade da vida política a partir da diversidade de marcadores sociais que se apresentaram. A autora destaca e reconhece as múltiplas correspondências ao conceito, mas é possível retirar dessa heterogeneidade, um entendimento geral que nos serve para iniciar nossa caracterização. Vejamos:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária -entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS,2021, p 15-16)

Essa primeira definição nos permite compreender que a interseccionalidade é uma ferramenta de leitura dos múltiplos marcadores sociais que estão atrelados a cada indivíduo, ou seja, às relações de poder que envolvem classe, raça, gênero, dentre outros, não excludentes entre si. Pelo contrário, se sobrepõem e interconectam de maneira tal que funcionam de forma unificada e interferem na totalidade do convívio social. É importante salientar que as autoras, ao circunscrever esse conceito, concentram-se sobretudo naquilo que

o conceito pode ser na prática. Dessa forma, a interseccionalidade é muito mais o que se pode fazer do conceito do que o que é enquanto um termo que cumpre certa tecnicidade acadêmica. Nesse sentido, “A interseccionalidade se presta a ser uma ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima tem a enfrentar” (COLLINS; BILGE.2021). Sobre isso, Hill Collins e Bilge não se furtam de apresentar uma série de eventos práticos com os quais se pode interagir mediante o uso da interseccionalidade⁴².

O primeiro exemplo é o ambiente acadêmico, nota-se nas universidades atuais um crescimento considerável no número de estudantes que antes não poderiam cursar o ensino superior, mas que hoje recebem, por exemplo, a primeira geração de universitários na família. Não é incomum ouvirmos relatos de discentes cuja origem familiar são de trabalhadores com formações incompletas, de pessoas que sequer puderam sonhar com o ensino superior para si. Essas pessoas estão inseridas em um grupo com uma série de marcadores sociais que prejudicam um melhor desenvolvimento na sociedade, ou seja, pessoas empobrecidas, pessoas racializadas, mulheres, transexuais, PCD 's dentre outros que não fazem parte da norma social.

A princípio, as faculdades estadunidenses recrutavam e atendiam a um grupo por vez, por exemplo, com programas especiais para grupos de origem afro-estadunidense e latina, mulheres, gays, lésbicas, ex-combatentes de guerra, que retomavam os estudos e pessoas com deficiência. À medida que a lista crescia, tornou-se evidente que essa abordagem de um grupo por vez era lenta e que a maioria se encaixava em mais de uma categoria. [...] Nesse contexto, a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias de equidade nos *campi*. (COLLINS; BILGE. 2021,p.17)

Essa passagem é chave para a compreensão de uma das aplicações do conceito enquanto ferramenta analítica a fim de resolver problemas sociais práticos. Pois ela revela que dentro de qualquer discussão que se pretenda obter equidade entre grupos sociais, percebemos marcadores interconectados, o que basta para destacar a realidade das opressões cruzadas e para desenvolver estratégias melhores que aquelas que se baseiam em um marcador por vez.

As autoras observam, se servindo, a princípio, do exemplo de ativistas negras estadunidenses da década de 1960 e 1970, que precisavam enfrentar desafios em diversas áreas práticas das suas vidas, seja na educação, em seus empregos ou no acesso à saúde, que frente a cada setor da vida dava-se preferência a superar uma forma de opressão por vez. Desse modo, nos movimentos negros privilegiavam a raça como categoria de análise; nos

⁴² Collins está pensando nos EUA, mas no Brasil dos últimos 20 anos não foi diferente, no que concerne a complexificação e diversificação de estudantes dentro dos Campi.

movimentos trabalhistas, o capital e a exploração do trabalho; no movimento feminista o foco residia nas relações de gênero e seus papéis. Nada parece errado nessas abordagens, mas o fato é que em todos esses movimentos ativistas, muitas pessoas carregam consigo mais de um marcador indissociável e incontornável dentro da experiência na sociedade, o que demandava refletir sobre uma abordagem que abandonasse as “lentes monofocais” e investisse numa compreensão mais complexa da experiência dos indivíduos em sociedade⁴³. Foi o que essas mulheres fizeram e as autoras bem colocam a seguir:

Considerando que as afro-americanas eram também mulheres, negras e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. **As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios.** (COLLINS; BILGE. 2021,p.17,grifo nosso.)

Vale destacar que esse procedimento de leitura social de opressões cruzadas não nasce com o termo interseccionalidade, tampouco nas décadas supracitadas. É possível verificar exemplos nas histórias cujo trabalho prático e teórico cumpriam, em certa medida, a tarefa da interseccionalidade. Quando entre 1831 e 1897, Savitribai Phule, na primeira geração de feministas indianas, enfrentou uma série de problemas diretamente relacionado às mulheres, mas de ordens diferentes, ou seja, as políticas de castas, a impossibilidade de praticar livremente qualquer fé, a impossibilidade de viúvas se casarem novamente e a falta de investimento na educação à classe trabalhadora. Eis um exemplo da importância dos óculos multifocais da interseccionalidade, pois a desigualdade é uma questão interseccional por excelência, e Phule notou que o avanço nos direitos das mulheres carecia trabalhar uma série de outras condições relacionadas. Por isso, as autoras afirmam, fazendo alusão ao argumento de Cho, Crenshaw e McCall sobre o papel dessa ferramenta residir principalmente em suas possibilidades práticas: Eles sugerem especificamente como a interseccionalidade tem sido

⁴³ Segue aqui, de maneira mais específica, o risco de não compreendermos a importância de buscarmos ferramentas para combatermos as opressões provenientes dos diversos marcadores sociais que nos atravessam. Nessa perspectiva: “O prejuízo das lentes monofocais vistas pelas lentes de raça, as mulheres negras aguentam dor física; por classe são vistas como protótipos da feminização da pobreza e atravessam gerações sendo chefas de famílias, vitoriosas das dificuldades impostas pelo imperialismo colonial. A saber, estes estereótipos recaem nas autoridades religiosas do candomblé, constrangidas a sustentar arquétipos matriarcais, presas nas imagens de controle. Elas estão impedidas de gritar as violências fora do escopo familiar tradicional.(AKOTIRENE, 2019. p. 46)

usada para identificar problemas sociais, e como as respostas interseccionais às injustiças sociais potencializam o ativismo. (COLLINS; BILGE.2021).

A interseccionalidade e as mulheres negras.

Até aqui, nos foi possível compreender que a interseccionalidade enquanto um conceito prático e geral, nos apresenta uma forma de leitura social para identificar problemas que pessoas que não participam do estreito escopo hegemônico enfrentam. Dessa forma tal ferramenta pode ser utilizada para promover a equidade de diferentes grupos sociais, frente uma série de ordens de dificuldades que variam entre a situação geográfica, física, etária, de gênero, entre outros. Dito isso, nos concentramos na história da interseccionalidade cujo germe e continuidade se dá a partir de mulheres negras.

O termo *interseccionalidade*, como bem mencionado por Hill Collins, foi apresentado da forma como conhecemos e trabalhamos aqui, pela professora Kimberlé Williams Crenshaw em 1981, quando na formulação da crítica feminista negra à opressão racista patriarcal observou-se uma impossibilidade de dissociação de lutas. Mais tarde, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, em 2001, o termo ganhou popularidade nos meios acadêmicos e nas discussões públicas. Servindo-nos da síntese de Carla Akotirene, em seu livro de mesmo nome que o de Hill Collins, segue-se que o conceito apresentado por Crenshaw é: A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE,2018). Essa síntese enfatiza uma crítica às falhas de uma série de ativismos e teorias que não contemplam a experiência de grupos étnico-sociais que, em razão do colonialismo, encontram-se mais distantes na escala da humanidade.

Essa crítica é o mote teórico do feminismo negro, que pretende a partir desses cruzamentos compreender quais são os lugares sociais das mulheres negras, considerando todas as suas especificidades no tecido social. Desde Lélia Gonzalez, passando por Angela Davis e Djamila Ribeiro, nota-se que a formulação e a disseminação de teorias e ativismos de mulheres negras está fundado em uma crítica a estrutura racista e colonial que relegam às

peessoas pretas a situação de subalternidade, ao feminismo hegemônico que insiste em ignorar as diferenças em espaços de poder, bem como nossas demandas⁴⁴.

Fazendo um parêntese, afim de apresentar um exemplo do uso do termo em questão e sua relação com o feminismo negro: Ângela Davis, em *Mulheres Raça e Classe*, refaz o percurso de uma figura importante para a luta das sufragistas estadunidenses do sec. XIX, a ativista e escritora Susan B. Anthony. Sua atuação, estratégias e ideais⁴⁵ ilustram muito bem a posição crítica na qual encontravam-se as mulheres negras, bem como a importância de uma leitura interseccional para a resolução de problemas relativos à desigualdade.

Davis nos mostra como algumas líderes do movimento sufragista dos Estados Unidos liam a categoria mulher como única, definitiva e universal, desconsiderando, a princípio, e, inclusive, sua condição de trabalhadoras. Este fato é curioso, pois essas mulheres, enquanto trabalhadoras de fábricas, enfrentavam toda a sorte de malefícios relativos à pobreza e exploração do trabalho. Ainda assim, Susan B. Anthony, dentre outras ativistas e porta-vozes do movimento sufragista não aceitavam bem os princípios do sindicalismo, bem como iniciativas de libertação negra. Sobre isso, eu cito Davis:

“Mulher” era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, estavam praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino. Quanto às mulheres brancas da classe trabalhadora, as líderes sufragistas provavelmente ficaram impressionadas, no início, com seus esforços de

⁴⁴ Esse momento do texto iniciamos uma reflexão sobre a importância da interseccionalidade não apenas para o feminismo feito por mulheres negras, mas também como outras vertentes do feminismo, inclusive ao feminismo branco da primeira onda, poderia se beneficiar das ferramentas desse modo de leitura. Mais uma vez, Carla Akotirene nos apresenta de forma didática e objetiva uma síntese sobre o assunto. “A inalterabilidade do feminismo branco, movimento antirracista e instâncias de direitos humanos, se deve ao fato destes, absolutamente, encontrarem dificuldades metodológicas práticas na condução das identidades interseccionais. Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais.” (AKOTIRENE, 2018.p35)

⁴⁵ Antony compreendia que havia outras formas de opressões sociais. Mas acreditava que a opressão de um gênero sobre o outro era a maior delas. Nessa perspectiva, ela publica, um artigo que viria compor o livro *Up from pedestal*, uma coletânea de escritos feministas norte americano. Nesse artigo destacamos o seguinte trecho: “Uma oligarquia da riqueza, na qual ricos governam pobres; uma oligarquia da educação, na qual os instruídos governam os iletrados; ou mesmo uma oligarquia da raça na qual os anglo-saxões dominam os africanos, pode ser suporta; mas essa oligarquia de sexo, que faz doar pais, irmãos, maridos e filhos os oligarcas superiores à mãe e às irmãs, à esposa e às filhas de cada família; que decreta que todos os homens são soberanos e todas as mulheres, súditas – carrega a discórdia e a revolta para o interior de cada lar da nação.”(STANTON,1872. DAVIS,2016.p. 147) Esse texto é datado em 1872, posterior a 13ª Emenda à Constituição. Mas Angela Davis aponta que Stanton escrevia desde os anos 60 do sec. em questão, posicionando-se contra o voto de pessoas negras, uma vez que a sufragista acreditava que o homem negro roubaria o espaço de mulheres brancas se conseguissem o direito ao voto. Em razão disso, salientamos aqui que essa posição da sufragista, converge com o período no qual a 13ª Emenda foi instituída, de sorte que a população negra estava abandonada à própria sorte, após uma guerra civil. Mas eram as mulheres brancas, vistas pelas lentes monofocais de Stanton, que estavam em situação pior que os negros nos EUA.

organização e sua militância. Mas, como se viu depois, as próprias trabalhadoras não abraçaram a causa do sufrágio feminino com entusiasmo. Embora Susan B. Anthony e Elizabeth Stanton tenham persuadido diversas líderes operárias a protestar contra a não concessão do voto às mulheres, a massa de trabalhadoras estava muito mais ocupada com seus problemas imediatos- salários, jornadas, condições de trabalho- para lutar por uma causa que parecia imensamente abstrata. (DAVIS. 2016.p146)

Nota-se aqui um movimento interessante, pois identificamos não só uma invisibilização da mulher negra, mediante a universalização da categoria “Mulher” e, por conseguinte, negligência do marcador social da raça. Além disso, é possível refletir sobre como as mulheres brancas da classe trabalhadora mostraram a sua força e articulação política às porta-vozes de Susan B. Anthony e Elizabeth Stanton. No entanto, devido a uma leitura monofocal da sociedade por parte das porta-vozes, ou seja, ao acreditar que a dominação de um gênero sobre o outro ilustrava um tipo de opressão que se sobrepunha a todas as outras formas, o movimento sufragista, perdeu força justamente porque as mulheres brancas trabalhadoras também enfrentavam diariamente os efeitos do empobrecimento e jornadas muito longas de trabalho. O que fazia da busca pelo voto feminino, desatrelado a essas outras questões, algo muito mais abstrato que as dificuldades de outras ordens vivenciadas diariamente. Foi preciso, observa Davis, a inserção de “motivos especiais” para que o movimento ganhasse força novamente, um desses motivos foi a reflexão sobre o sufrágio feminino tornar-se uma arma poderosa na luta de classes. Daí que Davis conclui:

A posição firmemente feminista de Anthony também era reflexo incondicional da ideologia burguesa. E foi provavelmente devido aos poderes enganadores da ideologia que ela não conseguiu perceber que tanto as mulheres da classe trabalhadora quanto as mulheres negras estavam fundamentalmente unidas a seus companheiros pela exploração de classe e pela opressão racista, que não faziam discriminação de sexo. Embora o comportamento sexista de seus companheiros, precisasse, sem dúvidas, ser contestado, o inimigo real- o inimigo comum- era o patrão, o capitalista ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho. (DAVIS. 2016, p. 148)

Ora, não se trata aqui de deslegitimar o movimento sufragista feminino, o que não poderíamos em absoluto. Trata-se, porém, de apresentar um exemplo no qual a luta contra a desigualdade de gênero carece de um diagnóstico e políticas interseccionais para ganhar força, uma vez que mesmo as mulheres brancas participavam de mais de um marcador social além do gênero, de tal sorte que desconsiderando-os, as mulheres trabalhadoras não identificaram a realidade do problema da subalternização do seu gênero. Isso significa dizer que a interseccionalidade é uma ferramenta para identificar e favorecer a resolução de problemas sociais interconectados.

Nessa esteira, passamos a apresentar mais um exemplo de possibilidades de leituras interseccionais do social. É o caso da teoria de Simone de Beauvoir sobre a condição da mulher. Beauvoir procura vislumbrar sob vários aspectos como os dados biológicos, a psicanálise e o materialismo histórico para assim, traçar um caminho que levou a mulher a condição de segundo sexo, bem como sugerir um caminho a sua libertação.

A categoria do *Outro* é fundamental a teoria feminista de Simone De Beauvoir, pois está em relação ao *Mesmo*, fator determinante a apresentação da condição da mulher sob uma perspectiva, sobretudo do materialismo histórico, cujos reflexos situacionais da mulher estão mais visíveis. A alteridade, *a partir de Beauvoir, é aquilo* que permite significar o indivíduo por meio das suas relações com os demais, é uma realidade ou condição que se dá diante de outro indivíduo. Em outras palavras, o indivíduo no seu meio social é aquele que procura a construção de si, realiza essa significação a partir do que é diferente de si. Eu sou negro, por não ser branco, indígena ou tudo o que for outra coisa que não faça parte de outrem. Essa compreensão beauvoriana da alteridade passa a ter um novo delineado promissor para os estudos de gênero. A categoria *Um* ou *Mesmo*, associado ao masculino e a categoria *Outro*, ao feminino, de sorte que para a primeira categoria a construção do ser e seu destino é por autodeterminação independente, enquanto o segundo está sempre em relação ao primeiro. Por isso Beauvoir dirá:

A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos[...]a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. Basta três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento para que todos os demais viajantes se tornem "os outros" vagamente hostis. Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são "outros" e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados "estrangeiros". Os são "outros" para o anti-semita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. (BEAUVOIR, 2016, p.13)

Desta forma, diz Beauvoir, que a mulher é o outro, o segundo sexo, o inessencial em relação ao absoluto que é o homem, de forma que o homem é criado com sua liberdade de construir-se e a mulher, a partir da sua juventude, começa a se comprazer com o seu destino de estar sempre em relação ao homem." o homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja [...]" (BEAUVOIR, p12).

O homem, diz a filósofa, é o *neutro* e apresenta um teor positivo, um exemplo disso é usarmos “os homens”, quando nos referimos a nós humanos. Por outro lado, a mulher é

aquela que aparece em oposição a isso, ela é a especificidade, tendo suas determinações determinadas a partir do absoluto que é o gênero homem. Nessa perspectiva, reside no gênero masculino suas disposições em aberto, uma individuação legítima e livre. Ele irá para as ruas trazer para casa suas conquistas, conquistas pessoais, que o engrandece sem a aprovação desse outro que é a mulher. Enquanto isso, a mulher é criada para a casa, para o cuidado do outro, para ser mãe, para ser dona de casa, para manter essa casa a qual ela foi designada a tratar como seu ambiente natural, aos modos e aprovação do essencial, do absoluto, do homem.

Essa pequena síntese, embora não faça justiça a grandeza e complexidade da teoria beauvoiriana, nos servirá nesse momento para compreender uma possibilidade de leitura crítica e interseccional dentro de uma proposta feminista negra. Dentro da minha experiência de mulher negra, o que não costumo apresentar, destaco que a princípio fui convencida por Beauvoir, de modo a me orientar ao afastamento dos mitos do feminino, ou seja não queria estar destinada ao lar, que me vissem como frágil, como inessencial e como aquela que é sempre determinada pelo masculino. Mas algo estava fora do lugar, esse tipo de jargão nunca me atravessou dessa forma, eu nunca fui lida como frágil, como alguém que deve ser protegida e resguardada no ambiente privado, eu ou minhas ancestrais sempre tivemos uma relação quase que intrínseca com o trabalho; o ambiente privado, o casamento, a proteção e o cuidado por vezes não estiveram sequer no nosso horizonte. O que me fez perguntar, tal qual no discurso de uma personagem importante da luta antirracista e abolicionista: Sojourne Truth: E eu não sou uma mulher?

Esse discurso ilustra muito bem a necessidade de se trabalhar um olhar mais plural, interseccional e, por conseguinte, inclusivo no que diz respeito a luta feminista e, portanto, à categoria “mulher”. Sojourner diante das reivindicações a respeito do sufrágio feminino verifica que tais reivindicações estavam pautadas em uma série de elementos que compõe uma suposta categoria universal de mulher, ou seja, que ela é frágil; que ela é feita para o lar; que sua emoção sempre sobrepõe a razão e que firmeza, força e resistência lhe são desconhecidos. Ora, mas de que mulheres estamos falando quando proferimos esses mitos do feminino? Como bem ilustra o discurso da abolicionista, certamente não é sobre uma mulher preta. E uma mulher preta não é uma mulher? Vejamos o discurso⁴⁶.

⁴⁶ Nos utilizamos de uma parte do e discurso proferido por Sojourner Truth na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851.

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida?(TRUTH,1851,apud RIBEIRO,2019,p. 19)

Essa é apenas uma parte do discurso, mas já nos sugere que uma luta feminista pressupõe exatamente um constructo teórico e prático que considere Raça, gênero, classe e sexualidade, pois uma vez que insistimos em um feminismo cujo pressuposto é uma categoria universalizante da mulher, esse feminismo vai estar caminhando em paralelo com o discurso hegemônico que invisibiliza todas as existências de grupos subalternizados. Por isso, vale apresentar uma gama de autoras que se propuseram a fazer os recortes e detalhamentos não excludentes à experiência das mulheres pretas na sociedade. É dessa forma que Grada Kilomba e, posteriormente, Djamila Ribeiro se servem da categoria *Outro* de Simone de Beauvoir para pensar na mulher negra como o *Outro do Outro*. Segundo ela, a mulher é condenada a ser, enquanto *outro*, um *ser em si*, ou seja, um arquetípico, determinado, proposital como objetos. Ao invés de ser *um ser para si*, ou seja, um projeto sem determinações pré concebidas.

Ora, diante disso, perguntando-se por qual mulher Simone de Beauvoir está tratando ao criticar os mitos do feminino e a condição subalterna ao homem, podemos verificar que essa mulher é uma mulher branca e que esse homem com o qual o feminino mítico se relaciona também o é. E se uma mulher branca é o outro do homem, ao colocar o masculino como o essencial/neutro, certamente a mulher negra é o *Outro do Outro*, por ser “a antítese da branquitude e da masculinidade” (DJAMILA, 2017.p38). Esse recorte racial, além de apresentar de forma mais precisa a condição das mulheres dentro da sociedade e, por conseguinte, de uma luta feminista, rompe com essa universalidade apresentada em relação aos homens, o que nos permite compreender uma dinâmica social mais próxima da realidade.

A mulher negra, dentro dessa dinâmica, é outro do homem negro, que é homem, mas não é branco e não está à frente da lógica hegemônica formadoras dessas hierarquias.

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturparam nossa própria realidade: Um debate sobre o racismo onde o sujeito do homem é negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar crítico, em teoria. É por causa dessa falta de ideológica, argumenta Mirza (1997), que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que sobrepõe às margens de “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição “sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e em outro lado, de mulheres” (MIRZA). Nós estávamos no meio. Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que os conceitos de raça e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separativas mantém a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos. (KILOMBA, 2012,p. 56)

Perder-se disso é perder-se do objetivo reflexivo e propositivo de políticas públicas reparadoras como esta atividade, dentre outras que nos dedicamos a fazer nós e sobre os ambientes educacionais. Daí a importância da interseccionalidade no discurso político. Nós, enquanto professores que objetivam transformar, a partir da educação, uma sociedade, devemos estar atentos não só aos papéis gerais e genéricos de gênero, mas entender quais são os recortes subalternizantes em que nossos alunos e professores se encontram ou não. Assim, a universalização das categorias que usam para definir mulheres negras, sob um ponto de partida eurocêntrico é problemática e carente dessas atualizações. Pois nessa universalização residem limitações importantes para nossa autodeterminação e libertação; quando nosso discurso versa sobre “o homem” “a mulher” “todos”, precisamos imediatamente perguntar: Mas quem são todos eles? Como lutar por um feminismo sem um debate sobre desigualdades e como lutar contra desigualdades sem considerar a luta antirracista? Não se pode aceitar um discurso que visa essas lutas sem considerar todas essas especificidades.

É dessa necessidade de sair desse “lugar crítico” da mulher negra, apresentado por Grada Kilomba, ou seja, de um lugar social que não participa de nenhum privilégio que surge o conceito de lugar de fala. Podemos, a princípio, compreender o conceito como uma ferramenta de autodefinição e como uma possibilidade de tomar uma postura ética com todos aqueles que nos relacionamos. Lugar de fala é, nas palavras de Djamilia Ribeiro “O lugar social que as mulheres negras ocupam, e o modo pelo qual é possível tirar proveito disso” (RIBEIRO,2017,p.54). Mas o termo, claro, é uma discussão à parte, que por conta do tempo conseguiríamos trabalhar agora, talvez durante as perguntas. Sigamos as considerações finais sobre a discussão da interseccionalidade.

Conclusão: Retomando ao livro de Hill Collins e Akotirene

Ao longo deste artigo, procurei traçar um percurso muito próximo à dinâmica das obras de Hill Collins e Akotirene, ou seja, apresentar o conceito/ferramenta seguido, quase que intrinsecamente, da sua aplicação. Hill Collins nos mostra a compreensão geral do termo, seu ponto de partida pela teoria de Leslie Crenshaw e em seguida uma série de exemplos da vida prática cujo uso da ferramenta da interseccionalidade é imprescindível. A autora apresenta, como mencionado nesse texto, as possibilidades de realizar diagnósticos para promover políticas públicas visando a diversidade e a equidade dentro dos *campi*. Além disso, observa-se uma discussão incomum sobre a copa do mundo e a FIFA, mais uma vez perseguindo a tese de que em qualquer setor social ou instituição é possível realizar uma leitura interseccional a fim de resolver problemas relativos à desigualdade. Segue-se uma análise sobre as mulheres negras, sobre o racismo estrutural e institucional inclusive no Brasil, encerrando assim o que ela chama de “principais ideias das estruturas interseccionais” (COLLINS; BILGE.2021)

Concentrei-me, no entanto, em dois exemplos de leituras plurais já realizadas por Collins e outras autoras que perseguem o mesmo tema, foram os casos de Ângela Davis mostrando o racismo e a leitura menos complexa e inclusiva das porta-vozes do movimento sufragista estadunidense do XIX; e Grada Kilomba sobre a teoria da alteridade de Simone de Beauvoir, apresentando, mediante uma leitura interseccional a possibilidade de pensar a mulher como Outro do Outro, destacando o “lugar crítico” da mulher negra, o que abre margem para a reflexão de lugares de fala ou lugares social. Justamente por conta dessa ferramenta teórico metodológica que informa

Collins afirma, que embora os exemplos pareçam bastante distintos entre si, eles elucidam seis ideias centrais desta ferramenta metodológica, quais sejam, a desigualdade social, as relações de poder interseccional, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Dessa forma, dentro de uma discussão interseccional todos esses temas carecem em reaparecer e interconectar. Eis o motivo da participação de uma série de conceitos nesta apresentação, pois a interseccionalidade, de modo geral, é uma ferramenta metodológica para pensar conceitos de forma relacionada, ela é também paradigma da tradição feminista negra e está fundada em uma postura crítica não estanque, que se pergunta

a todo momento, Cito Collins “Quais ideias e experiências foram deixadas de fora? De que maneira nossa interpretação da interseccionalidade é limitada por essas omissões? [...] Como expandir a amplitude da interseccionalidade para abranger a heterogeneidade de ideias e experiências globais, sem limitar suas diferenças” (COLLINS; BILGE. 2021). De certo, a ferramenta da interseccionalidade, como afirma Collins e Carla Akotirene, encontra-se numa encruzilhada, perseguindo um dinamismo intelectual e político que a ferramenta carece, e mantendo-se numa postura crítica, abertas a elementos ainda não pensados.

Referências bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.
- DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.
- DE HOLLANDA, Heloisa Buarque et al. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.